

Resenha

Temas avançados de Direito da Saúde: tutelas jurídicas da saúde

Review

Advanced health law themes: legal health tutelage

Reseña

Temas de derecho de salud avanzado: tutela legal de salud

Edith Maria Barbosa Ramos¹

Láisse Lima Silva Costa²

Natalie Maria de Oliveira de Almeida³

A obra *Temas Avançados de Direito da Saúde: tutelas jurídicas da saúde*, organizada pelo professor e pesquisador Marcelo Lamy, é constituída de seis partes: *Direito da Saúde e Tutela Penal*; *Direito da Saúde e Tutela Civil*; *Direito da Saúde e Tutela Trabalhista*; *Direito da Saúde e Meio Ambiente*; *Direito da Saúde e Políticas*; e *Direito da Saúde e o SUS*, com um total de 20 artigos. Os artigos são resultado final ou parcial de pesquisas realizadas pelos docentes discentes e egressos do Programa de Pós-Graduação Direito da Saúde: Dimensões Individuais e Coletivas, da Universidade Santa Cecília (Unisantia).

A primeira parte aborda o direito da saúde e tutela penal e encontra-se composta por três artigos. No primeiro, nomeado *Mandados de criminalização e proteção à saúde* (1), Fontes analisa de que maneira e em que medida o bem jurídico *saúde*, considerado interesse fundamental, humano e social, se revela um interesse que possui dignidade, merecimento e necessidade de tutela penal.

No segundo, *Mandado de criminalização do tráfico ilícito de entorpecentes: o caso das drogas sintéticas* (2), Gouveia e Souza pretendem indicar as dificuldades enfrentadas pela força policial em cumprir o mandado de criminalização referente ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, previsto no artigo 5º, inciso XLIII, 2ª parte, e no artigo 243, parágrafo único, da Constituição Federal, no caso específico das drogas sintéticas, bem como buscar soluções para essas questões.

¹ Pós-doutora em Direito Sanitário, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, Brasília, DF, Brasil; professora, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6064-1879>. E-mail: edithramosadv@yahoo.com.br

² Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6181-9405>. E-mail: laisse_js@hotmail.com

³ Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1731-460X>. E-mail: natalie_oam@hotmail.com

No terceiro artigo, *Saúde e doenças no cárcere: fatores de produção e negligência estatal* (3), Felício e Lamy asseveram a existência de um verdadeiro abismo entre o direito à saúde formalmente admitido e a sua concretização no âmbito da saúde prisional. Elencam uma série de fatores de produção de doenças, que agravariam o quadro nacional de enfermidades e gerariam um contexto prisional gravemente infecto, refletindo a negligência estatal, já que não haveria um combate, de forma estrutural, aos problemas sanitários do cárcere.

A segunda parte da obra trata-se do direito da saúde e tutela civil, e está dividida em quatro artigos. No primeiro, intitulado *Deficiências da perícia nas alienações parentais* (4), assevera Bastos que, em razão de uma quantidade expressiva e crescente de ações que envolvem a alienação parental, o Poder Judiciário estaria sobrecarregado, atuando de maneira insuficiente, diante da escassez de profissionais para a realização de perícias, imprescindíveis para subsidiar as decisões judiciais nessas questões.

O segundo artigo, *O Ministério Público Federal e a tutela do direito à saúde mental* (5) de autoria de Silva e Cohn, expõe considerações acerca da tutela da saúde mental pelo Ministério Público Federal, assim como os consequentes reflexos da atuação dessa instituição na indução de políticas públicas destinadas para a proteção dos indivíduos com transtornos mentais e na superação do modelo de tratamento denominado de hospitalocêntrico, existente anteriormente. No terceiro artigo, *A mediação como mecanismo de tutela do direito da saúde* (6), os seus autores, Andrade e Lamy, declaram que há um elevado e crescente número de ações judiciais relacionadas à saúde, fato que enseja, em algumas ocasiões, ineficiência do Poder Judiciário e, nesse cenário, é preciso buscar métodos alternativos de soluções de conflitos, tal como a mediação sanitária, que tem produzido resultados positivos em algumas experiências desenvolvidas no país.

No quarto artigo, os autores Massarelli Júnior e Almeida abordam os impactos da lei de liberdade econômica sobre as sociedades médicas limitadas e a EIRELI (7), investigando a responsabilidade do médico decorrente das diversas possibilidades de configuração da pessoa jurídica prestadora de serviços médicos, a partir da promulgação da Lei nº 13.874/2019, denominada de Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, que trouxe alterações em diversos dispositivos legais, assim como a existência de um possível conflito com as novas regras da sociedade limitada e as relativas à empresa individual de responsabilidade limitada.

A terceira parte da obra em análise diz respeito ao direito da saúde e tutela trabalhista e encontra-se dividida em dois artigos. No primeiro, *Gestão sustentável da jornada de trabalho no sistema bancário e seus impactos no direito à saúde* (8), Oliveira e Pinto buscam avaliar a gestão estratégica e sustentável da jornada de trabalho no sistema bancário e seus impactos para o direito da saúde, ante as alterações decorrentes da reforma trabalhista.

No segundo artigo, *Síndrome de burnout: assédio moral e causalidade* (9), Carvalho procura demonstrar que há fatores no ambiente de trabalho que contribuem para o desenvolvimento da referida síndrome, mas, para que seja possível responsabilizar o empregador, é necessária a comprovação da existência do nexo de causalidade entre o quadro clínico e fatores estressores do ambiente laboral.

A quarta parte da obra trata do direito da saúde e meio ambiente e divide-se em três artigos. No primeiro, *Poluição atmosférica e saúde física e mental humana* (10), Roldan e Lamy buscam explicitar as respostas para importantes indagações a respeito do direito à saúde física e mental e meio ambiente saudável e equilibrado como direitos humanos e fundamentais (10). No segundo artigo, *Responsabilidade socioambiental das instituições financeiras no financiamento para aquisição de ônibus movidos a combustíveis fósseis*, o foco de Senger e Lamy é mostrar a possibilidade de construção do entendimento de que uma instituição que financia a aquisição de meios de transporte em massa movidos a combustíveis fósseis pode ser responsabilizada, no âmbito socioambiental, por danos causados ao meio ambiente e à saúde da população urbana (11).

No terceiro capítulo, *A degradação dos manguezais e os reflexos na saúde pública* (12), o objetivo de Batista é tratar da ocupação irregular de manguezais como um reflexo de fatores como desemprego e endividamento, quando todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao mesmo tempo em que essa degradação resulta das necessidades de uma comunidade carente, que não tem acesso ao mínimo existencial.

A quinta parte do livro é composta por 5 artigos sobre o tema direito da saúde e políticas públicas. *Movimentos diaspóricos e saúde: o caso das grávidas venezuelanas no Brasil*, de autoria de Silva, Toledo e Cabral, aponta as consequências geradas na saúde dos venezuelanos, principalmente quanto à ginecologia-obstetrícia e seus reflexos na realidade brasileira. Com o colapso do sistema de saúde da Venezuela, muitos migram para o Brasil, especialmente para Roraima, para receberem tratamentos de saúde, de modo que o Brasil tem atendido todos os casos de parturientes venezuelanas, assim como tem enviado

esforços para contribuir na reposição de medicamentos e outros materiais da área médica e fornecer um atendimento igualitário (13).

O segundo artigo, *Perspectivas do rastreamento mamográfico na prevenção secundária do câncer de mama*, de Rubin e Lafasse (14) identifica as políticas públicas referentes à prevenção secundária ao câncer de mama no Brasil, analisando e avaliando a eficácia e a segurança do rastreamento mamográfico, ao qual muitas mulheres precisam se submeter como prevenção. Concluem que, para que os programas de rastreamento de câncer sejam eficazes em uma população, é precisa testar um grande número de mulheres saudáveis, que muitas vezes são mal informadas pelos governos e sobrediagnosticadas, submetidas a procedimentos invasivos e dolorosos, tratadas com terapias prejudiciais à saúde.

No terceiro capítulo, *Os prejuízos sanitário da política industrial farmacêutica no Brasil* (15), Costa analisa alguns prejuízos percebidos pela comunidade científica, originados da venda de medicamentos em embalagens indivisíveis. Tal fato ocasiona que o consumidor adquira mais medicamentos do que o necessário ou prescrito, sendo urgente a dispensação prudente. No quarto artigo, *Depressão em homens e a necessidade de criação de programas específicos de prevenção ao suicídio para o gênero masculino*, os autores Felipe, Costa e Almeida fundamentam a necessidade da criação de programas de prevenção específicos para o gênero masculino, dadas as suas várias ocupações na sociedade (16).

No último artigo, *Avaliação da demanda de atendimentos emergenciais no pronto-socorro da cidade de Cubatão e o direito constitucional à saúde*, Gonzalez Cação, Santana Cação e Pinto (17) versam sobre a procura aos serviços de urgência e emergência pelos usuários do SUS, quando grande parte das queixas pode ser solucionada na rede de atenção básica, o que resulta no aumento da demanda do pronto-socorro, prejudicando a qualidade do atendimento.

A sexta e última parte da obra, trata do direito da saúde e o SUS e divide-se em três artigos. O primeiro, de autoria de Kozyreff, intitulado *A remuneração do SUS e o impacto nas entidades filantrópicas prestadoras de serviço público de saúde* (18), retrata o impacto que a Constituição de 1988 teve na estrutura da saúde no Brasil e entidades sem fins lucrativos – a *latere* do Estado – como prestadoras de serviço de saúde, anteriormente mantidas com poucos recursos provenientes da sociedade civil.

No segundo artigo, *Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde pelas operadoras de saúde e a improbidade administrativa* (19) Zagarino pesquisa a existência ou não de

controles nas redes de saúde nos municípios, que possibilite a conferência quanto ao cumprimento dos valores ressarcidos ao Fundo Nacional de Saúde pelos planos, e posteriormente repassados aos municípios.

Por fim, no último capítulo da obra, *Dever de incorporação de medicamentos para doenças raras: o caso SPINRAZA* (20), de autoria de Santos e Akaoui, o escopo é discutir a incorporação de medicamentos raros ao sistema de saúde por meio do Spinraza® (2), único tratamento recomendado e disponível no mundo para atrofia muscular espinhal (AME).

O que se pode depreender da presente obra é a confirmação da complexidade do direito à saúde, razão pela qual a leitura se faz indispensável. O Prof. Dr. Marcelo Lamy organiza temas atuais, trazendo-os de forma amadurecida, não oferecendo ao leitor repostas prontas, mas permitindo análises contundentes capazes de moldar possíveis soluções para problemas públicos e sociais do direito à saúde.

Referências

1. Fontes SC. Mandados de criminalização e proteção à saúde. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 1.1; p. 21-54. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
2. Gouveia WC, Souza LP. Mandado de criminalização do tráfico ilícito de entorpecentes: o caso das drogas sintéticas. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 1.2; p. 55-79. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
3. Felício EVM, Lamy M. Saúde e doenças no cárcere: fatores de produção e negligência estatal. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 1.3; p. 80-101. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
4. Bastos AT. Deficiências da perícia nas alienações parentais. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 2.1; p. 103-117. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
5. Silva CM, Cohn A. O Ministério Público Federal e a tutela do direito à saúde mental. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 2.2; p. 118-134. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
6. Andrade TCOR, Lamy M. A mediação como mecanismo de tutela do direito da saúde. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 2.3; p. 135-148. *In*: Lamy M (org). Temas

avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

7. Massarelli Júnior JC, Almeida VSF. Impactos da Lei de Liberdade econômica sobre as sociedades médicas Ltda. e a EIRELI. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 2.4; p.149-165. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

8. Oliveira RB, Pinto RMF. Gestão sustentável da jornada de trabalho no sistema bancário e seus impactos no direito à saúde. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 3.1; p. 167-181. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

9. Carvalho EH. Síndrome de burnout: assédio moral e causalidade. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 3.2; p. 182-190. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

10. Roldam MR, Lamy M. Poluição atmosférica e saúde física e mental humana. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 4.1; p. 191-205. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

11. Senger OLC, Lamy M. Responsabilidade socioambiental das instituições financeiras no financiamento para aquisição de ônibus movidos a combustíveis fósseis. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 4.2; p. 206-223. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

12. Batista IM. A degradação dos manguezais e os reflexos na saúde pública. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020. Capítulo 4.3; p. 223-237. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

13. Silva JCL, Toledo ACV, Cabral LFP. Movimentos diaspóricos e saúde: o caso das grávidas venezuelanas no Brasil. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020; p. 240-256. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

14. Rubin, B, Lafasse R. Perspectivas do rastreamento mamográfico na prevenção secundária do câncer de mama. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020; p. 258-295. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

15. Costa BBF. Os prejuízos sanitários da política industrial farmacêutica no Brasil. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020; p. 296-309. *In:* Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

16. Felipe MG, Costa YVC, Almeida VSF. Depressão em homens e a necessidade de criação de programas específicos de prevenção ao suicídio para o gênero masculino. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020; p. 309-325. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
17. Cação EG, Cação AMSS, Pinto RMF. Avaliação da demanda de atendimentos emergenciais no pronto-socorro da cidade de Cubatão e o direito constitucional à saúde. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020; p. 326-338. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
18. Kozyreff AM. A remuneração do SUS e o impacto nas entidades filantrópicas prestadoras de serviço público de saúde. São Paulo, SP: Matrioska Editora; 2020; p. 340-356. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
19. Zarino Júnior S. Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde pelas operadoras de saúde e a improbidade administrativa. São Paulo, SP: Matrioska Editora, 2020; p. 358-368. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.
20. Santos AF, Akaoui FRV. Dever de incorporação de medicamentos para doenças raras: o caso SPIRANZA. São Paulo: Matrioska Editora; 2020; p. 369-380. *In*: Lamy M (org). Temas avançados de direito da saúde [livro eletrônico]: tutelas jurídicas da saúde. São Paulo: Matrioska Editora; 2020. 328 p.

Colaboradores

Todos os autores contribuíram com a concepção, elaboração, redação, revisão e aprovação da resenha.

Submetido em: 27/11/20

Como citar esta resenha:

Ramos EMB, Costa LLS, Almeida NMO. Temas avançados de Direito da Saúde: tutelas jurídicas da saúde. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. 2020 out./dez.; 9(4): 198-204.

<https://doi.org/10.17566/ciads.v9i4.750>